

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM
GOIANO *de*
eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 22 - N.º 1 - JAN./ JUN. 2002

REGIÃO: A EVOLUÇÃO DE UMA CATEGORIA DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA¹

Gisélia Lima Carvalho²

1. Considerações iniciais

Nossa pretensão é, a partir de uma breve análise da história do pensamento geográfico, discutir a região enquanto categoria de análise de grande relevância para a Geografia. Destacaremos, ainda, como esta categoria, assim como a própria Geografia, abalou-se sofrendo rupturas ou crises ao longo da evolução de seu pensamento, cujos reflexos provêm da modernidade e da pós-modernidade. Discutiremos como estas rupturas geraram mudanças conceituais e metodológicas na tentativa de superação da crise na ciência de modo geral, e da Geografia em particular. Como consequência, a região, sob diversas formas de abordagens, ora aparece com maior destaque, como base da análise geográfica, ora se mostra menos significativa, ou mesmo chega a ser questionada de sua importância e também de sua existência.

Essas transformações inerentes ao pensamento geográfico são caracterizadas por Capel (1981), como “mudanças de paradigmas” e por Gomes (1996) como “dois pólos epistemológicos da Geografia”. Todavia, mesmo utilizando expressões diferenciadas, ou até mesmo com algumas discordâncias, ambos admitem com certa naturalidade as descontinuidades existentes no desenvolvimento do pensamento científico, julgando-as até enriquecedoras do debate. Nas próprias palavras de Capel (1981, p. 251): “A ciência progrediria mediante uma evolução truncada e não linear em que cada uma das fases representa uma ruptura a respeito do saber anterior”. Nesse caso, acreditamos ser a forma de se desenvolver não só da ciência, mas da Geografia e, porque não dizer, da região.

Admitindo a fragmentação da Geografia no decorrer da sua formação, questiona-se: Como a região, sendo uma categoria de análise geográfica, se comportou? Como ela se apresenta e serve à sua ciência?

¹ Artigo de final de curso da disciplina *Teoria e Método em Geografia*, ministrada pelas Prof.^{as} Lana de Souza Cavalcante e Maria Geralda de Almeida, no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia pelo IESA/UFG.

² Licenciada e mestranda em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais-IESA, da Universidade Federal de Goiás-UFG. E-mail: giselialima@zipmail.com.br

Para o desenrolar do trabalho, adotamos um caminho retrospectivo da evolução da Geografia a partir da sistematização científica do conhecimento geográfico. Para tanto, o recorte temporal se estende do nascimento da Geografia Clássica, no final do século XIX, passando pela Nova Geografia, pelas correntes críticas Radical Marxista e Humanística e, por fim, no final do século XX, chegando a uma Geografia dita pós-moderna, se é que assim pode ser denominada.

O que se prima neste estudo, perpassando pelas discussões epistemológicas da Geografia, não é conceituar a região, mas mostrar a relevância do seu estudo na construção de uma ciência projetada pela modernidade e pela pós-modernidade, bem como destacar as influências de pensamentos teórico-metodológicos que desencadearam diferentes formas de compreender a realidade.

2. As correntes de pensamento geográfico e a região no contexto da modernidade

2.1. A Geografia Clássica e a região

Nas últimas décadas do século XIX dá-se a institucionalização do conhecimento geográfico, a partir da criação de cátedras de Geografia na Alemanha e na França. Estas duas Escolas representariam os planos da sociedade burguesa, o conhecimento de novas terras e a aquisição de matéria-prima para a indústria que estava em expansão. Portanto, tornava-se cada vez mais necessário haver uma ciência que possibilitasse conhecer, cartografar e conquistar outros territórios, assim como constituir e afirmar um sentimento de nacionalidade. Dessa forma, deu-se à Geografia um caráter de ciência fundamental naquele momento, cuja realidade era amparada pelos propósitos do Estado-nação. A Geografia, com a responsabilidade de dar respostas às indagações científicas que surgissem sobre a realidade, serviria como instrumento do processo de consolidação do capitalismo na Europa.

No que concerne ao aspecto metodológico, a institucionalização da Geografia, mesmo dando-se no século XIX, constituir-se-ia dos princípios positivistas do século XVIII, cujo idealizador, Emmanuel Kant, também é o inaugurador da disciplina de Geografia. É com este filósofo, segundo Lencioni (1999), que aparece a “idéia de que’o fundamento da Geografia é

o espaço” e afirma ainda “que o espaço geográfico é de natureza diferente do espaço matemático, porque se divide em ‘regiões’ que se constituem no substrato da história dos homens”. É portanto com Kant que a região aparece, pela primeira vez, ligada à idéia de espaço geográfico. A título de lembrança, é importante relevar que embora a Geografia não tenha sido sistematizada nesse século, conceitos como espaço e região, que se constituirão como suas categorias-chave, já aparecem sistematizados de tal forma que servirão de trampolim para muitos futuros estudos geográficos.

Um fato a ser destacado é que este período, mesmo o que antecede à Geografia Científica, é marcado pelos preceitos da ciência moderna, “nascida do projeto iluminista e institucionalizada dentro de uma vertente positivista e normativa” (GOMES, 1996, p. 12). A modernidade funda uma nova ciência racional capaz de sustentar seu projeto. Nesse sentido, cada ciência tinha sua função na organização da sociedade. E com a Geografia não poderia ser diferente. A ela também estava reservado o seu papel. A sistematização de toda e qualquer disciplina da época, social ou física, passaria pelos desígnios ditados por um modelo único ou predominante, ao qual Santos M. (1997) chamou de “o paradigma dominante”. Sobre este assunto, o autor esclarece:

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (*Idem*, p. 10 e 11).

Esse modelo era baseado no método positivista, uma doutrina que acreditava ter superado o estágio do conhecimento metafísico, substituindo-o por um conhecimento puramente objetivo e progressivo. Naturalmente, este conhecimento veio a exercer influência teórico-metodológica significativa na ciência geográfica, não só a Clássica, mas, especialmente, a Quantitativa. No sentido epistemológico da Geografia, com a institucionalização universitária, a comunidade científica centrou seus estudos em duas diretrizes, norteadoras do pensamento geográfico, as quais foram denominadas por Capel (1985) como: “problemas-chave definidores da disciplina”. O primeiro referia-se ao “estudo da relação homem-meio” e o segundo ao “estudo da diferenciação do espaço na superfície terrestre”.

Esses dois problemas-chave foram sistematizadores da Geografia. No que diz respeito à região, que se constituiu como primeira categoria, ambos definem duas diferentes abordagens no pensamento geográfico. A primeira delas estaria na concepção ambientalista que, intermediada por um aparato metodológico de base naturalista, orientou a construção de alguns conceitos importantes na Geografia. Entre eles, o conceito de região natural, que encontrou em Ratzel seu expoente, e a região geográfica, cujo principal difusor foi Vidal de La Blache.

Vidal de La Blache (1845-1918) defendeu a região, enquanto entidade concreta, existente por si só. Aos geógrafos caberia delimitá-la e descrevê-la. Segundo ele, a Geografia definiria seu papel através da identificação das regiões da superfície terrestre. Nessa noção de região, acrescenta-se à presença dos elementos da natureza, caracterizadores da unidade e da individualidade, a presença do homem. Esta concepção, embora de influência naturalista, provém do desdobramento de outras filosofias, paralelas ao positivismo, resultado daquilo que Capel (1981) chamou de “reação antipositivista”. Como exemplo de uma dessas reações, surge o historicismo, apoiado na intuição. Influenciado por esta corrente La Blache produz um conceito de região diferente daquele herdado da Geologia: o de região natural.

A partir da inserção do elemento humano na caracterização da paisagem regional, outra dimensão pode ser evidenciada. Isto é, o processo histórico na relação homem-meio é pela primeira vez enxergado, acrescentando grande riqueza na análise regional. O resultado dessa formulação é o conceito de região geográfica, que possibilitou a construção de uma Geografia regional com um aparato “eminentemente descritivo, mantendo a tônica de todo o pensamento geográfico” (MORAES, 1995, p. 77). Este conceito passou a ser objeto de uma série de grandes teses regionais, não só na França mas, também, reproduzido no Brasil. O momento foi permeado pelo incentivo às monografias regionais, na tentativa de conhecer o mundo a partir de suas partes, das regiões. Logo, a região emergiu como categoria-chave na Geografia para a apreensão da realidade e a Geografia regional passou a ser uma diretriz no pensamento geográfico.

Sem dúvida, a inclusão das ações humanas na análise regional inovou os estudos da Geografia, mas, por outro lado, causou o primeiro grande problema no interior da disciplina centrada no estudo da relação homem-meio: a dualidade da ciência. Frente a isto, a Geografia teve que se desdobrar

para resolver este impasse. A solução estava na criação de uma Geografia regional capaz de dar unidade à ciência. Dessa forma, paulatinamente, foram realizados muitos estudos regionais por todo o globo, mostrando a eficiência das monografias regionais seguidoras da proposta vidalina, destacando o caráter único da paisagem, todavia sem preocupar-se com o estabelecimento de leis gerais, gerando uma segunda dicotomia. Agora, entre Geografia Geral e Geografia Regional.

Foi esse novo desdobramento que tomou a Geografia que levou A. Hettner, apud Lencioni (1859-1941), geógrafo alemão, a discordar do uso de um único método para as ciências naturais e humanas, como propunha o positivismo. Já influenciado por outra corrente anti-positivista, o neokantismo, considerou necessário discutir a temática sobre as ciências nomotéticas, aquelas voltada para os estudos gerais, e as idiográficas, aquelas voltadas para os estudos particulares. Para Hettner, a Geografia era tanto uma como outra. “Era uma ciência da superfície terrestre segundo as diferenciações regionais” (GOMES, 1995, p. 58). Isto afirmaria o que se convencionou chamar de caráter corológico da ciência. Hettner considerou ser, portanto, “o estudo dessa diferenciação ponto central da Geografia” (LENCIONI, 1999, p. 122). Convém lembrar que este enfoque diz respeito ao segundo problema-chave da disciplina que mencionamos anteriormente, referente à diferenciação de áreas, marca do estudo regional.

O enfoque corológico daria base para a Geografia regional e “evitaria o perigo do dualismo geográfico” (CAPEL, 1981, p. 320), resumindo-se na síntese dos problemas físico e humano tão pertinente à geografia. Assim, estaria resolvendo um problema gnosiológico desta ciência.

Quem assimilou profundamente as teorias de Hettner foi Hartshorne, que considerou o conceito de diferenciação espacial, assim como a associação dos fenômenos heterogêneos em uma área, ou seja, em uma região. É só nela que se combinam os elementos físicos e humanos. Conforme Capel (1985, p. 338) “ao por ênfase na região os geógrafos adotaram uma estratégia particularmente frutífera”. O método regional enraizou com muito sucesso por todas as escolas da Geografia da época.

Hartshorne, opondo-se ao conceito de região concreta de La Blache, enfatizou a região enquanto criação intelectual e não entidade física auto-evidente. Esta forma de caracterizar região, enquanto categoria autônoma, também atraiu a crítica de Lacoste (1993), que, reivindicando o caráter

político, denominou-a de “região-personagem: um poderoso conceito-obstáculo”. Para ele, este conceito constrói os “geografismos” e “nega, no discurso, os problemas que colocam a espacialidade diferencial” (1993, p. 65). Não obstante, não foi essa crítica à região que levou a crise da Geografia Clássica, mas, segundo Moraes (1995, p. 97), uma das maiores razões responsável pela crise desta Geografia, foi: “A falta de leis, ou de outra forma de generalização”. Vítima de muitas críticas, esta corrente passaria, a partir de então, para uma fase de renovação de seu método e de suas concepções de ciência e de ver o mundo.

2.2. A Nova Geografia e a região

O conceito de Hartshorne, de região enquanto criação intelectual, influenciou os geógrafos da Nova Geografia³, “constituindo-se em uma questão de classificação ou taxonomia espacial” (CORRÊA, 1997, p. 50). Como fruto da influência neopositivista, a análise regional desta corrente é isenta da historicidade, visto que a mesma provém da crítica ao historicismo da Geografia tradicional, em especial dos conceitos de La Blache.

Volta-se a insistir na unidade das ciências, no reducionismo naturalista, em uma linguagem comum, clara e rigorosa, própria da filosofia positivista. Baseada nas leis da Matemática e da Física e na teoria geral dos sistemas, esta corrente acrescenta a explicação à descrição nos estudos geográficos. Portanto, a região passa a ser analisada descritivamente, procurando ver a integração única dos fenômenos heterogêneos no espaço.

A crise da Geografia Clássica coincidiu com a discussão da importância dos estudos regionais, mesmo antes da institucionalização da Nova Geografia, nos anos 50. A crítica ao que se convencionou chamar de “excepcionalismo na Geografia” levou à crise do paradigma tradicional, cujo foco centrava-se na Geografia Regional. A proposta veio do geógrafo alemão, Fred K. Schaefer, que, influenciado por Hartshorne, embora sendo também seu crítico, julgava que a Geografia se encontrava em um estágio letárgico. Ou como as palavras deste autor: “De fato, o progresso da Geografia foi mais lento do que o de outras ciências sociais” (1976, p. 11).

³ A Nova Geografia é também conhecida como Geografia Teorética, Quantitativa e Pragmática. Todas as expressões são referências do caráter teórico-metodológico desta corrente.

Utilizando-se de argumentos como este e apontando falhas metodológicas que acreditava, Schaefer lutou para justificar uma nova Geografia capaz de superar aquela que, segundo ele, não era de domínio científico. Neste sentido não poupou críticas aos autores clássicos da Geografia.

Muitas escolas de Geografia receberam com bastante ênfase essas críticas, marcando o fim da primeira Geografia, julgada como científica: a Geografia Tradicional. E, por ocasião desta, o fim dos estudos regionais nos moldes clássicos. Para os geógrafos desta corrente “a única Geografia científica (...) é a sistemática, já que ela a que permite buscar leis gerais, formular teorias que logo se aplicam ao estudo regional” (CAPEL, 1985, p. 390). Sobre o caráter da região nesta corrente de pensamento geográfico, Capel (*idem, ibidem*) reflete: “A região se converte assim em uma espécie de laboratório em que se comprova a validade das teorias propostas pelo geógrafo sistemático”.

Na Nova Geografia, a região não é uma categoria-chave. Ao contrário, assim como acredita Guelke (1982, p. 213): “A ascensão da Nova Geografia, na sua ênfase nas relações espaciais, e o seu uso dos métodos estatísticos coincidiu com o declínio na importância dos estudos regionais”. Neste sentido, parece regredir em relação à Geografia Tradicional que avançou ao considerar a região como fruto de um processo histórico. Assim, parece haver um empobrecimento, advindo de um anti-historicismo.

À região é reservada um caráter de classificação, agrupamento, subsidiada por técnicas estatísticas sofisticadas de laboratório, e por uma linguagem mais burocrática e rica, amparada pelas grandes teorias e em dados estatísticos, por conseguinte, afastada do trabalho de campo. Daí surge a possibilidade de classificar as regiões em, homogêneas, funcionais ou polarizadas, administrativas de forma sistemática. Constroem-se regiões cristalizadas no tempo e no espaço. Na aparência as formas técnicas de abordagem são renovadas e mais eloqüentes, bem próprias de uma ciência moderna, embora, na essência, seu discurso revela-se pobre e conservador. Este fato leva muitos geógrafos a criticar esta forma de pensar a Geografia e de abordar suas categorias, conceituando esta corrente como alienada.

Na realidade, admitia-se a eficiência e o caráter utilitarista inerente a esta Geografia. Todavia, o questionamento dava-se em função da prioridade direcionada a uma determinada classe social. A Geografia Pragmática servia como “instrumento de dominação burguesa. Um aparato para o Estado capitalista” (MORAES, 1995, p. 108) fomentado pela

Geografia do planejamento regional. Estes aspectos, no plano ideológico, somaram-se às outras tantas críticas, no plano epistemológico, ensejando o debate da construção de outras geografias.

2.3. As correntes críticas e a região

Milton Santos em *Por uma geografia nova* (1996), contestando a eficácia da Nova Geografia, afirmou que: “O maior pecado, entretanto, da intitulada Geografia Quantitativa é que ela desconhece totalmente a existência do tempo e suas qualidades essenciais” (*Idem*, p. 53). De fato, esta foi uma das grandes falhas desta corrente. O tempo da Nova Geografia, com um tempo linear, rechaçava a idéia de processos sociais. Ou como crítica Capel (1985, p. 393-394) ao afirmar: “A Geografia Quantitativa é desde o princípio decididamente a-histórica”. É mormente neste ponto que as críticas ao positivismo lógico se avolumam e outras formas de ver o mundo e de fazer geografia são expressas em novas correntes, chamadas de críticas, cujo aparecimento dá-se a partir dos anos 70. É bem verdade que, diante dos novos problemas urbanos e ecológicos que estavam surgindo nessa época, uma Geografia nos moldes da quantitativa não dava conta de compreender os fenômenos espaciais em sua plenitude.

Nesse contexto, surgem as correntes críticas de base marxista e fenomenológica⁴, que, mesmo com suas particularidades, comungam da mesma preocupação: a ausência do caráter social na Geografia de então. Ambas, recuperando a vertente histórica perdida, partiram para a construção de novos parâmetros de análise, incluindo questões essenciais as quais tinham sido desconsideradas pelo paradigma quantitativo. No que diz respeito à região, uma nova Geografia Regional foi-se estruturando a partir de então, primando pelos temas históricos e culturais. Nas Geografias críticas o que mudou, consideravelmente, foi a forma de abordar o mundo, destacando outros aspectos da realidade.

⁴ Mello (1990) considera como suportes filosóficos da perspectiva humanística a fenomenologia, o existencialismo, o idealismo e a hermenêutica. Lembrando que a escolha de uma não refuta o uso e a eficiência das outras. Gomes (1996) considera, junto com a fenomenologia, o estudo do “espaço vivido” a base da Geografia Humanística. Aqui, trataremos dos dois últimos para fundamentar a Geografia Humanística.

A Geografia de influência marxista foi denominada de “crítica” frente aos ideais da Nova Geografia que se encontrava eivada pela filosofia de cunho positivista, assim como à realidade social e, foi denominada de “radical” no sentido de propor transformações na sociedade, como referiu-se Capel (1985, p. 427), “que cheguem até a verdadeira raiz dos problemas”. Fundamentada em pressupostos marxistas, opõe-se à concepção idealista da história, elencando uma série de novos temas, chamados de categorias, que servirão à análise geográfica. Gomes (1996, p. 282) completa ao afirmar que:

Marx introduz a noção de uma razão histórica, materialmente determinada, em oposição à concepção do idealismo que definia o real como um produto da razão absoluta. Desta maneira, o marxismo afirma que o sujeito do conhecimento, historicamente determinado e contextualizado socialmente, é capaz de ser apreendido pela ciência a partir das categorias essenciais que o envolvem: a produção, a reprodução, o consumo, a troca, a propriedade, o Estado, o mercado e as classes sociais. Estas categorias são concebidas a partir de um raciocínio que envolvem uma cadeia de determinações entre elas.

Essa nova abordagem crítica, apoiada em uma teoria diferenciada daquela trabalhada pelas correntes anteriores de Geografia, conseqüentemente, não encontrou respaldo metodológico, visto que a mesma refutava muitos dos métodos adotados. Para a região, que não se constituía em uma categoria marxista, fato que por sinal não podia se esquivar, os problemas foram ainda maiores. A solução estaria em concebê-la como parte de um todo, assim como manter a vertente descritiva e empirista como fizera a corrente tradicional.

A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. Estava visível que esta não se constituía numa totalidade harmônica porque a preocupação, naquele momento, em denunciar as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo revelava os limites da

compreensão do mundo como um todo não harmônico.
(LENCIONI, 1999b, p. 196)

Essa nova leitura geográfica, subsidiada pela compreensão das contradições do espaço, imposta pela concentração do capital, resultaria na maior diferenciação das áreas, acentuando, desta forma, o processo de regionalização. Segundo Thrift (1996, p. 231), “seria difícil negar que as regiões são desigualmente desenvolvidas e que o capital esteve metido nisso”. A Geografia, apropriando-se desta visão, seria, por meio da análise regional, um mecanismo de ação política na intervenção do espaço, como o fizeram autores como Yves Lacoste, Pierre George, Milton Santos, entre muitos outros.

Por outro lado, a análise dessas questões inseriu nos estudos geográficos a maior compreensão dos processos gerais das leis capitalistas mundiais. Para “Marx o capital era essencialmente uma influência homogeneizante e centralizante” (THRIFT, 1996, p. 227). Isto significou um problema para a região já que as características particulares tão próprias dos estudos regionais foram colocadas em um segundo plano. Conforme Castro (1997, p. 57), esta nova corrente de pensamento geográfico “eliminou as possibilidades explicativas da escala regional”.

Negligenciando aspectos tão relevantes na apreensão da região, a Geografia de cunho marxista, com seu aporte teórico, enfrentou alguns abalos. Ao contrário dos estudos regionais na perspectiva fenomenológica que revalorizou questões pertinentes à Geografia que se encontravam adormecidas noutras correntes. Nesta perspectiva, o debate regional fluiu como essencial na Geografia. Os elementos de caráter subjetivo e pessoal ausentes tanto na Nova Geografia como na Geografia Crítica Radical foram inseridos na análise geográfica através da Geografia Humanística.

Não que esses elementos não fizessem parte da corrente Quantitativa, é que mesmo na vertente humana dessa Geografia os mesmos foram tratados de forma superficial, já que era neopositivista. “Durante a maior parte da primeira metade deste século o interesse pelo comportamento limitou-se à questão de até que ponto as ações estavam condicionadas por seu meio” (DAVIES, 1972, *apud* CAPEL, 1985, p. 423). Assim, acrescenta-se à Geografia, agora mais renovada, o caráter que faltava de dimensão psicológica.

Elementos de ordem subjetiva foram inseridos na análise espacial geográfica que se objetivara através da aproximação da psicologia behaviorista e da percepção. Não obstante, é preciso frisar a diferença entre a Geografia Humanística e a da percepção ou do comportamento. Mello (1990) destaca a necessidade de remeter considerações sobre este tema devido à confusão que se faz entre essas tendências. A Geografia Humanística tem como fundamentos filosóficos a fenomenologia, a hermenêutica, o existencialismo e o idealismo, que, a rigor, não se misturam com os fundamentos das outras duas, cuja base de apoio é o positivismo, portanto, mesmo que possam ser consideradas uma renovação, não podem ser inseridas na vertente crítica.

A Geografia Humanística, sendo também crítica, foi a outra forma de reação à objetividade, à quantificação, à racionalização e à generalização. Considerada também antipositivista, deu primazia aos interesses do indivíduo e não das classes, aos aspectos dos significados, dos valores e às ações humanas, abordando-os a partir da experiência cotidiana dos homens. Neste sentido, foi de encontro tanto aos princípios da Nova Geografia quanto da Geografia Radical, de base marxista. Todavia, buscou resgatar no romantismo da Geografia Clássica a dimensão social e cultural dos valores, bem como a valorização da história e do mundo vivido. Nos preceitos de Vidal de La Blache encontrou seu ponto de confluência. Logo, não foi a região a categoria de maior destaque, mas o espaço, ou melhor, o espaço construído por intermédio de relações, práticas sociais. Não obstante, este conceito possibilitou elaborar uma nova perspectiva para entender região, concebida pela imagem subjetiva do indivíduo e do grupo a que pertence. A valorização dos conceitos ligados à cultura dos homens levou à compreensão dos sentimentos que os mesmos têm de pertencer a uma determinada região e não a outra, ou seja, levou a entender a dimensão simbólica da identidade regional.

A corrente Humanística incorporou o conceito de espaço vivido à análise regional na Geografia. Tuan (1982, p. 156) afirma que: “A descrição vívida de uma região é talvez a mais alta conquista da Geografia Humanística”. Realmente, este é um ponto que não se pode negar. Nesta corrente chamou-se atenção para a revalorização de alguns dos elementos que, no passado da disciplina, tiveram seu lugar. A região, como bem salienta Gomes (1995, p. 67), “novamente, (...) passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial”. Nesta

forma de se pensar a Geografia, “refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender uma região é preciso viver a região” (*Idem, Ibidem*). Para Ribeiro (1993, p. 214), que aborda também neste sentido, a região como espaço vivido opondo à região de controle⁵,

Trata-se de uma porção territorial definida pelo senso comum de um determinado grupo social, cuja permanência em uma determinada área foi suficiente para estabelecer características muito próprias na sua organização social, cultural e econômica. Este espaço é portanto socialmente criado e vai se diferenciar de outros espaços vizinhos por apresentar determinadas características comuns que são resultantes das experiências vividas e historicamente produzidas pelos próprios membros das suas comunidades.

Ainda segundo Frémont (1980, p. 17), que muito contribui com esta temática,

A região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens.

Necessariamente, a Geografia Humanística, a partir das particularidades, deu ao enfoque regional outra dimensão fundamental na apreensão da realidade espacial. Não há de se negar que este caráter rejuvenesceu os estudos regionais, sem falar na própria Geografia. Diante disso é pertinente dizer que os estudos sobre espaço vivido e identidades regionais são a chave para a produção da diversidade geográfica.

3. O debate atual: como entender a região frente ao processo “homogeneizador” da globalização e à pós-modernidade

⁵ Este conceito que o autor se refere é pertinente à região político-administrativa, criada para o maior controle do território. Exemplo: as Mesorregiões do Estado de Goiás.

O momento atual é marcado pela chamada pós-modernidade. “Assistimos, assim, à emergência de uma ‘pluralidade’ que se constitui em uma resposta alternativa à impossibilidade de realização das utopias, propostas pela modernidade” (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 10). Ocorre uma frenesi na arquitetura, na música, na literatura, na arte e, conseqüentemente, nas ciências de modo geral. Nestas últimas, embora de forma mais tranqüila, há também uma mudança plausível nos seus valores. Se outrora as ciências calcavam-se na filosofia iluminista, na racionalidade, na objetividade, na cientificidade, nas leis universais, atualmente buscam o relativismo, a subjetividade, a heterogeneidade, a fragmentação. Eis alguns caracteres pelos quais se pode identificar a natureza da contemporaneidade. Esse momento marca a crise da chamada modernidade e o nascimento da pós-modernidade. É plural, porque é crítico da modernidade, mas não consegue desvencilhar-se dela. Logo, utiliza-se daquilo que lhe convém da modernidade.

Na esteira dessas novas idéias, a Geografia, lembrando um lado bom desses tempos pós-modernos, preocupou-se com outros temas dimensionados como fundamentais na disciplina. Gastou-se tempo, nesta ciência, procurando definir um método que respondesse aos anseios de uma ciência moderna. A valorização de outras questões como a pluralidade representou, talvez, a superação de um grande problema responsável por diversas crises paradigmáticas na Geografia. Na concepção de Mello (1990, p. 98), o conceito de pós-modernismo é “relativo à pluralidade de mudanças ocorridas no seio das ciências e das sociedades avançadas”. O momento atual permite a fluidez. Se a Geografia de perspectiva marxista, por um lado, atende a determinadas exigências, a Humanística responde por outras. Afinal, que mal há em um estudo regional perpassar por uma vertente e outra? Um exemplo de quem parece compreender esta pluralidade muito bem é o geógrafo Rua (1993, p. 231) quando afirma: “Hoje podemos entender a região como um espaço particular onde se combinam o geral (leis gerais do modo de produção capitalista) e o particular (as especificidades locais, que servem de oposição à tendência homogeneizadora do capitalismo)”. Ora, o que seriam essas “leis gerais do modo de produção capitalista”? Não seriam referentes àquela grande categoria enfatizada pela Geografia radical de base marxista? E o que dizer das “especificidades” as quais o autor se refere, se não aquelas tratadas pela Geografia Humanística?

Não haveria, talvez, uma receita de Geografia na pós-modernidade, nem, muito menos, uma nova corrente específica desse momento ou uma categoria especial. A diferença reside na possibilidade da pluralidade, do tempo vivido como simultaneidade, do espaço, entendido como global, regional e local, de uma nova abordagem da escala. Mesmo que a região não seja uma categoria-chave, o estudo regional, nesta perspectiva, pode-se dizer que é contemplado de forma privilegiada, à medida que esse momento dá ênfase ao heterogêneo, às particularidades, à diferença. Aqui, volta-se a um dos “problemas-chave da Geografia” destacado por Capel (1985) que muito se aplica à região.

Frente à globalização, mesmo na tentativa de anulação das diferenças a partir da homogeneização do espaço, as diferenças regionais emergem paulatinamente. Os binômios tratados por Haesbaert (1999), tais como “global-local, globalização-fragmentação, homogeneização-heterogeneização, equalização-diferenciação”, retratam a excelente perspectiva para os estudos regionais engendrados pela própria globalização. Daí a necessidade do enfoque regional. A globalização pode ser a principal responsável pela emergência da regionalização. No pensamento de Santos (1997, p. 196) “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam”. Mesmo que se afirmem que a região não mais exista, continuaremos a vivê-la ou assisti-la nas diversas expressões materializadas na sociedade e utilizada como mecanismos de ações políticas de planejamento.

Diante da descrença da validade do conteúdo regional nesses tempos de globalização, fica a acertada de Santos (1997, p. 197): “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem”.

4. Considerações finais

Os desdobramentos das várias abordagens que permitem pensar a região, nos diversos contextos, possibilitam-nos afirmar que as correntes não se revelam como verdadeiras, nem falsas. Todas deram a sua parcela de contribuição para o estudo regional, para a Geografia e procuraram atender à sociedade, Estado. Naquilo que lhe foi ou é proposto, cada uma teve ou tem sua eficiência. A grande maioria das correntes de pensamento geográfico com seus métodos e teorias representam a projeção na crença de se fazer ciência nos moldes daquela exigida pela modernidade – mesmo

aquelas que a contestavam. Simplesmente, todos os enfoques dados à região esmeraram-se no contexto da sua história. Atualmente, em uma “condição pós-moderna”, para lembrar Harvey (1989) e Lyotard (1998), não nos obrigamos a escolher um determinado caminho para afirmarmos uma leitura real sobre a categoria região. Os novos tempos nos permitem a flexibilidade de aproveitar ou não daquilo que a modernidade foi eficiente e somar com a novidade dos tempos atuais.

Não sejamos inocentes em acreditar que há um conceito pronto e acabado sobre região ou qualquer outra categoria da Geografia e que, diante de uma nova reflexão, não nos alimentaremos das clássicas. Este parece ser é o “eterno retorno” de que fala Gomes (1996). Ou talvez é o “debate aberto” de Capel (1985) que nos chama a atenção para a consciência de reconhecer “a validade dos argumentos de uns e outros componentes”, ou de uma filosofia ou de outra na sua complementaridade. Nos caminhos traçados a partir das leituras desses dois geógrafos, surge o ânimo de ver na fragmentação, na ruptura, na crise e no retorno o desenrolar da Geografia e da região. Da mesma forma, Santos, B. (1997), para referir-se às ciências, nos fala sobre a necessidade de dialogar com outras formas de conhecimento, inclusive com o senso comum, que já é fruto de uma visão de ciência pós-moderna.

É oportuno lembrar que a discussão da importância ou não da existência da região, nos dias atuais, é enriquecedora e responsável por uma “geografia regional renovada” (HAESBAERT, 1999), assim pelo debate epistemológico da ciência geográfica como um todo. A mesma crise que esta se diz enfrentar, não difere daquela quando tentam afirmar que a região não existe. Esta discussão além de direcionar novos olhares para a região, possibilitando a renovação, revela-se imensamente relevante no seio de toda e qualquer ciência que perfaz seu caminho. A “provável” crise da região não será resultado da velha e boa crise da Geografia? Ou será que o regional realmente fraquejou em função do global? Não terá sido nós que esmaecemos diante da infinidade de novos elementos que surgem nos recortes espaciais de modo tão complexo?

É provável que todo esse dilema seja real, mas o que precisamos, verdadeiramente, é pensar nesses novos elementos e na necessidade de incorporá-los aos conceitos que já temos prontos e que, evidentemente, não atendem mais à fluidez, à dinâmica dessa nova realidade. Aproveitemos a possibilidade do nosso tempo pós-moderno para encararmos de frente

um debate que é nosso na empreitada de atualizá-lo mediante os novos arranjos espaciais redefinidos pela globalização.

Apontando novas possibilidades metodológicas para a região, Castro (1997, p. 58) sugere três elementos que são necessários: a) superar os postulados deterministas e simplificantes; b) incorporar, como questão central, a complexidade dos fenômenos; c) considerar a escala como problema fenomenológico e não matemático. Talvez esteja aqui a chave para a nova compreensão da perspectiva regional renovada.

REGIÃO: A EVOLUÇÃO DE UMA CATEGORIA DE ANÁLISE DA GEOGRAFIA

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a categoria “região” ao longo da história do pensamento geográfico, passando pelas várias correntes da Geografia Clássica, da Nova Geografia, das Críticas Radical Marxista e Humanística e, por fim, de uma Geografia dita Pós-moderna. A análise perpassa pela discussão epistemológica de uma categoria-chave da ciência geográfica que foi projetada pela modernidade e, que assim como esta, sofreu os abalos e as rupturas paradigmáticas em seu conteúdo. Recentemente, a região e a Geografia passam por mudanças conceituais e metodológicas significativas atreladas à renovação no pensamento científico e social contemporâneo inserido no processo de globalização e na pós-modernidade.

Unitermos: Região/Geografia/Modernidade/Pós-modernidade/Globalização.

RÉGION: L'ÉVOLUTION D'UNE CATÉGORIE D'ANALYSE DE LA GÉOGRAPHIE

Résumé: Le présent article propose une réflexion sur la catégorie “région” au cours de l’histoire de la pensée géographique, en passant pour les plusieurs chaînes de la géographie classique, de la nouvelle géographie, des Critiques Radical Marxiste et Humaniste d’une géographie dite postmoderne. L’analyse au cours de la discussion épistemologique d’une

catégorie-clé de la science géographique qui fut projetée pour la modernité et, ainsi que celle-ci, il a souffert les secousses et les ruptures paradigmatiques dans leur contenu. Récemment, la région et la géographie passent pour les changement conceptuels et méthodologiques significatives liés au renouvellement de la pensée scientifique et sociale contemporaine dans le procès de mondialization et de modernité.

Mots-clés: Région/ Géographie/ Modernité/ Postmodernité/ Mondialization.

REFERÊNCIAS

CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1985.

CASTRO, Iná de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia de et al. (Org.). *O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: numa leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC- ANPUR, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. Algumas considerações sobre análise regional. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 54 p., ano 49, n. 4 out/dez.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

GOMES, Paulo C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUELKE, Leonard. Geografia Regional. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: *GEOgraphia: Revista de Pós-graduação em Geografia*. UFU, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jun. 1999.

HARVEY, David. *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACOSTE, Yves. *A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3. ed. Campinas/SP: Papirus, 1993.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Alessandri (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999b.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MELLO, J. B. F. de. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 52, out./dez., 1990.

MORAES, A. C. R. de. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

RIBEIRO, L. A. M. Questões regionais e do Brasil. In: RUA, João et al. (Orgs.). *Para ensinar geografia*. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1993.

RUA, João. Questões regionais e organização regional do Brasil. In: RUA, João et al. (Orgs.). *Para ensinar geografia*. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1993.

CARVALHO, Gisélia Lima. *Região: a evolução de uma categoria de análise da geografia*. Boletim Goiano de Geografia 22 (1): 135-153. jan./jun. 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCHAEFER, Fred K. O Excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico. In: *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, AGB, 1976.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek et al. (Org.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

Recebido em: 02.05.2002

Aceito em: 30.06.2002